



Número: **0810270-55.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **18/03/2020**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDREIA RIBEIRO DA SILVA (AUTOR)		LARISSA DE OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54392138	18/03/2020 09:09	Petição Inicial	Petição Inicial
54392142	18/03/2020 09:09	OAB ITAMAR	Documento de Comprovação
54392149	18/03/2020 09:09	1atendimento	Documento de Comprovação
54392154	18/03/2020 09:09	adm	Documento de Comprovação
54392157	18/03/2020 09:09	bo	Documento de Comprovação
54392158	18/03/2020 09:09	comprovante residencia	Documento de Comprovação
54392163	18/03/2020 09:09	id	Documento de Identificação
54392988	18/03/2020 09:09	procuração	Procuração
54392997	18/03/2020 09:09	dams	Documento de Comprovação
54392998	18/03/2020 09:09	doc veículo	Documento de Comprovação
54393887	18/03/2020 09:19	Decisão	Decisão

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

ANDREIA RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.865.414-06, portador do RG: 002.238.565 SSP/RN, residente e domiciliado na Rua Osorio Chaves, nº 302, Piquiri, Canguaretama/RN CEP 59190-000, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, legalmente constituída, conforme procuração em anexo, com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, s/nº454-C, Santos Reis, Parnamirim/RN, local onde deverá receber todas as intimações de praxe, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, com inscrição do CNPJ sob o nº



02.149.205/0001-69, com endereço para receber citação e intimação na Avenida Prudente de Moraes, 4055, Lagoa Nova, Natal/RN. CEP: 59056-200, pelas razões fáticas e jurídicas que passo a expor:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Inicialmente requer os benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, bem como pelo fato de que se tivesse que arcar com as custas e emolumentos judiciais encontrar-se-ia em estado de miserabilidade. Tudo com inteligência na Lei 1.050/60 e suas concomitantes legais.

II - DOS FATOS E DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2. O Autor foi vítima de acidente automobilístico na Rua Princesa Isabel, via pública próximo ao semáforo, no bairro sertãozinho, no município Canguaretama/RN. O fato ocorreu no dia **19 de junho de 2019**, conforme denota sobeja documentação em anexo. Em decorrência desse trágico acidente o Requerente teve **FRATURA DO OLECRANO DIREITO**.

3. Insta salientar que o Autor requereu o seguro DPVAT na via administrativa, mas foi pago indevidamente, pois a indenização foi menor do que prescreve na tabela do Seguro DPVAT.

-

4. Sendo assim, o Suplicante munido de documentação necessária, a que alude ao acidente automobilístico, vem requerer de direito o seguro DPVAT.

III - DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM:

5. O Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de vias terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como seguro obrigatório, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa.



6. No caso em comento, é de direito do autor **perceber uma indenização por danos pessoais**, ante a seu estado de incapacidade parcial, em caráter permanente, em decorrência aos danos causados pelo acidente, visto que teve fratura do pé e punho direito.

IV - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM: -----

5. O art.7º da Lei nº 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando de seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes ao seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será legítima para figurar no pólo passivo que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

6. Nesse sentido também dispõe a Resolução CNSP 154/2006:

“Art. 5º (...) §6º Os consórcios de que trata o caput deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a receber as reclamações que lhes forem apresentadas. §7º Os pagamentos de indenizações serão realizados pelos Consórcios, representados por seu respectivos líderes.”

7. Matéria também totalmente pacificada pela doutrina e jurisprudência dominante, que entendem que qualquer seguradora que faça parte do Consórcio do Seguro DPVAT S/A constitui-se parte legítima para o pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a Demandada, ora ré.

8. Quanto à legitimação passiva, mostra-se dirimida qualquer sombra de dúvidas, de sorte que qualquer seguradora, que atue no Consórcio do Seguro DPVAT, formados pela reunião das empresas seguradoras e geridos pela seguradora Líder, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



V- DA DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCEDIMENTO (REQUERIMENTO)
ADMINISTRATIVO.

9. A Lei nº 6.694/74(Instituto de Seguro Obrigatório- DPVAT), alterada pela Lei nº 11.945/2009, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para pleitear o percebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do Consórcio do Seguro DPVAT, para tal fim.

10. É que os comandos legais acima elencados foram devidamente recepcionados pela norma constitucional vigente na questão em consonância com os princípios básicos estabelecidos e previstos dentro dos direitos e garantias fundamentais, tais como: O princípio da legalidade, inafastabilidade e indeclinabilidade da prestação jurisdicional.

11. O princípio da legalidade registra de forma sintética que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei. Para tanto, o princípio em questão serve de orientação para o legislador infraconstitucional, bem como aos cidadãos que estão sobre o prisma da carta constitucional. O princípio da legalidade mostra-se como preceito fundamental ao estado democrático da direito, ao tempo que estabelece freios ao poder do Estado, em sua relação com o cidadão.

12. Já o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, atribuída constitucionalmente ao poder judiciário, aduz que nenhuma norma legal ou outro ato normativo poderá fazer frente ou obstacularizar a atividade legítima do poder judiciário, na apreciação de lesão ou ameaça de lesão ao direito, sob pena de flagrante inconstitucional.

13. Neste sentido, o ilustre doutrinador Alexandre de Moraes, registra palavras a respeito da inexistência condicionada ou instância administrativa de curso forçado, aduzindo:

“Inexiste obrigatoriedade de esgotamento da instancia administrativa para que a parte possa acessar o judiciário. A Constituição de 1988,



diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instancia administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez excluiu a permissão, que a emenda constitucionalidade n.º 7 há constituição anterior estabeleceria, de que a Lei condicionar-se o ingresso em juízo a exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao judiciário.” (EM DIREITO CONSTITUCIONAL, 156 Ed, São Paulo).

14. Pois bem, neste sentido andou bem a lei já mencionada que instituiu o DPVAT, sendo certo que a inexistência de prévio pleito administrativo está de acordo com os princípios basilares elegidos pelo poder constituinte originário, ao passo que qualquer forma de exigência a prévio esgotamento de via administrativa mostra-se ilegal e manifestamente inconstitucional.

15. É também o entendimento dos nossos Tribunais, ou seja, da desnecessidade de requerimento administrativo para pleitear a Ação de cobrança do seguro DPVT, vamos a eles:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DO SEGURO **DPVAT**. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. **DESNECESSIDADE. PRINCÍPIO DO AMPLO ACESSO AO JUDICIÁRIO. ART. 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL** .DESNSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO APELO. O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculariza o ingresso em juízo, Art. 5.º, XXXV, da nossa Carta Magna. (Apelação Cível nº 2009.006430-0, julgamento em 18/08/2009, 2ª Câmara Cível, Relatora: Juíza Maria Zeneide Bezerra (Convocada)) (grifos acrescidos)

"CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRELIMINAR NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO SUSCITADA PELO APELADO. REJEIÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA REJEITADA. PRELIMINAR DE



CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. TRANSFERÊNCIA PARA O MÉRITO. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO **DPVAT**. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE DO PUNHO ESQUERDO. INTERESSE DE AGIR AMPLAMENTE DEMONSTRADO. **DESNECESSIDADE DE PLEITO ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO**. COMPROVAÇÃO DO FATO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE – INDENIZAÇÃO EM PERCENTUAL DO VALOR MÁXIMO LEI 6.194/74, NA REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO DO RECURSO. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS." (Apelação Cível nº 2009.013139-5, julgamento em 23/03/2010, 2ª Câmara Cível, Relator: Des. Aderson Silvino) (grifos acrescidos)

9. Fica claro a desnecessidade de requerimento administrativo para se pleitear a Ação de Cobrança do DPVAT.

VI - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO:

10. Anota o Art.5.º da Lei 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“ Art. 5.º - O pagamento de indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

11. Destarte, o§1.º, “a” do mesmo artigo, alterado pela Lei 8.441/92. Assevera que a indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

- a) ***Certidão de Óbito***
- b) ***Registro de Ocorrência no Órgão Policial competente***
- c) ***Prova de qualidade de beneficiários em caso de morte.***



12. Reforçando a ideia do artigo acima citado pontifica o art. 7.º Caput, da Lei 6.194/74 ao estabelecer que:

“Art. 7.º-A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, por seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido será pago nos mesmos valores, condição e prazo dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

13. Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do Prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

14. Independente do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na corte do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

“STJ. Súmula 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT) não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.

15. Sendo assim, é incontroverso a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir prova de fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

VII - DA ATUALIZAÇÃO MONETARIA DESDE 29.12.2006, DATA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 340, POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007:

-



16. A Medida Provisória nº340 de 29 de dezembro de 2006, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, apenas transformou os 40 (quarenta) salários mínimos em reais, chegando ao valor de R\$ 13.500,00, sem prever a forma de atualização monetária. Para evitar que a indenização amargue, ano após ano, os efeitos da corrosão da moeda, até que se torne irrisória, existe a necessidade que o referido valor seja corrigido desde o dia 29/12/06.

17. Tal incidência decorre do fato da indenização não mais ser calculada com base no salário mínimo, o qual por si só mantinha-se atualizado, e sim, ter como o seu teto máximo, conforme ditames da Medida Provisória 340/2006, a quantia certa de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que sofre depreciação inflacionária desde a sua previsão.

18. A atualização monetária serve para recompor o valor da moeda em razão da depreciação inflacionária ocorrente no país. Neste sentido, espera-se que o Judiciário, tendo sempre como norte o caráter eminente social do seguro obrigatório (DPVAT), pacifique o entendimento que esses valores (R\$ 13.500,00 ou R\$ 2.700,00) devem ser atualizados desde a referida MP, mormente levando-se em conta que a atualização monetária não representa nenhum plus, acréscimo, ônus ou penalidade, mas tão somente uma medida para evitar um enriquecimento ilícito à custa das já penalizadas vítimas do trânsito.

-

19. O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná comunga, neste sentido, recentes julgados que pacificaram o entendimento:

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO ESTRANGEIRO - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO CALCULADO CONFORME A EXTENSÃO DA INVALIDEZ DA VÍTIMA - EXEGESE DO ARTIGO ARTIGO 3º, §1º, II, DA LEI 6194/74. **CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE DESDE A VIGÊNCIA DA MP 340/2006** - TETO MÁXIMO INDENIZATÓRIO FIXADO EM R\$ 13.500,00 - VALOR QUE SOFRE DEPRECIÇÃO DESDE A SUA PREVISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE. 1 - Frisa-se que mesmo se tratando de automóvel estrangeiro, a indenização referente a seguro DPVAT é devida. 2 - Tem-se como acertado o valor indenizatório fixado pelo juízo a quo (R\$4.725,00), eis que de



acordo com os ditames do artigo 3º, §1º, II, da Lei 6194/74. 3- No que tange à correção monetária, coaduna-se ao entendimento que para os casos posteriores à Medida Provisória 340/2006, o seu marco inicial deve ocorrer da vigência de tal norma. Processo: 915183-5 (Acórdão) Relator(a): José Laurindo de Souza Netto Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível Comarca: Foz do Iguaçu Fonte/Data da Publicação: DJ: 943 06/09/2012”

“APELAÇÃO CÍVEL COBRANÇA DO SEGURO DPVAT AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A INSTRUÇÃO DO PROCESSO APRESENTADOS – INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ DA VÍTIMA LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA VALOR DA INDENIZAÇÃO SEGUNDO O GRAU DE REPERCUSSÃO EXEGE DO INCISO II, DO §º1º, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - *CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO*. – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - LIMITE PREVISTO PELA LEI Nº 1.060/50 INAPLICABILIDADE. RECUSOS DESPROVIDOS. 1- A inexistência de pedido administrativo não pode levar ao reconhecimento da falta de interesse processual, nem, tampouco, no indeferimento da inicial. 2 Os documentos acostados aos autos demonstram a existência de acidente automobilístico com vítima, sendo, pois, suficientes para embasar a indenização pretendida. 3 – A combinação do artigo 3º, II, com o artigo 5º, §5º, da Lei 6.194/74, que taxativamente limita a indenização do Seguro Obrigatório em "até" R\$13.500,00, permite concluir que o valor da cobertura nos casos de invalidez permanente, varia conforme o grau de incapacidade da vítima. 4 - Estabelecido que o valor da indenização deve ser calculado com base no valor estabelecido pela MP 340/2006, é a partir sua entrada vigor que deve incidir a correção monetária, vez que nada acrescenta ao capital, apenas recompõe o poder da moeda. 5 - Sendo vencedora a parte que estava ao abrigo da assistência judiciária gratuita, a fixação de honorários advocatícios prevista no artigo 11, § 1º, da Lei nº1.060/50, pode ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento), desde que observadas as regras previstas no CPC, norma geral que prevalece sobre a regra específica contida no mencionado dispositivo. (TJPR - 10ª C.Cível - AC 914227-8 - Londrina - Rel.: Luiz Lopes - Unânime - J.19.07.2012)”

VIII- DO QUANTUM INDENIZATÓRIO



20. A vigente redação da Lei nº 6.194/74, resultado das modificações oriundas das medidas Provisórias nº 340/2006 (convalidada pela Lei nº 11.482/2007) e nº 451/2008 (Lei nº 11.945/2009), dispõe que o seguro DPVAT destina-se a indenizar os seguintes danos, nos valores:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e III- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidentes e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, **classificando-se a invalidez permanente parcial completa** e incompleta conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o dispositivo abaixo: (Incluído pela Lei 11.945, de 2009). I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura, e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funciona na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).”(grifamos)*

21. A tabela a que se refere o dispositivo, agora como anexo à Lei nº 6.194/74, está assim desenhada:



Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

FONTE: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6194.htm#art33

IV - DA PERÍCIA

-



22. Diante da situação fática, se o Douto Julgador entender a necessidade de se fazer Exame Pericial, segue os quesitos que deverão ser respondidos pelo (o) perito (a):

a) Quais as lesões sofridas pelo Autor ?

b) As lesões decorreram de acidente de trânsito?

c) Dessas lesões resultou invalidez permanente de membros, sentido ou função; incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente?

d) Total ou em parte? Havendo, em que percentual?

-

-

X - DOS PEDIDOS

-

23. Por tudo resta acima exposto, requer o Autor, que Vossa Excelência se digne a:

a) Receber a presente ação, deferindo a mesma, os benefícios da Justiça Gratuita, nos moldes e pelos fatos acima mencionados, além disso, impingir a mesmo o rito sumário, conforme disposição expressa do art. 275 e SS do CPC;

b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma produza a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato.

c) Sejam aplicadas as regras da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sobretudo **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** em favor do Autor, como bem preceitua o art. 6º, inc. VIII, da aludida lei que afirma: “**a facilidade da defesa dos seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova em seu favor, em processo civil, quando, a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências**”.



d) Julgar a demanda **PROCEDENTE EM SUA TOTALIDADE**, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização do seguro DPVAT, **corrigindo desde a data da Medida Provisória nº340/2006**, posteriormente convertida na lei nº11.482/2007, **acrescido de juros de mora**, em conformidade com as Súmulas 43 e 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbência, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.

f) Entendendo Vossa Excelência necessidade de perícia, que sejam respondidos os quesitos do item IV.

g) Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entender necessário.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Natal/RN, 18 de março de 2020.

ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA

OAB/RN nº 11.925



LARISSA DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.421

NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA MAIA

OAB/RN nº 13.561





SUS 405007830596058 QD.98941 9772-R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL DEOCLÉCIO M. LUCENA
PARNAMIRIM / RN

Mae. Leozilda de Deus Ribeiro

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Nº 75

NOME: Andréia Ribeiro da Silva
 IDADE: 54/06/1988 COR: — SEXO: Fee. ESTADO CIVIL: Solteira
 NATURALIDADE: Caracaraípe - RN PROFISSÃO: Doc. de Caixas PROCEDÊNCIA: —
 ENDEREÇO: Rua dos Oros - 511 BAIRRO: Ribeira
 CIDADE: Caracaraípe - RN DATA: 19/06/2019 HORA: 18h35

CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

APARENTEMENTE BEM ☒ REGULAR ☐ COM DISPNEIA ☐ CHOCADO ☐ COMATOSO ☐
 C/ HEMORRAGIA ☐ EM CONVULSÃO ☐ POLITRAUMATIZADO ☐ AGITADO ☐ OUTROS ☐

ALEGA ACIDENTE DE TRABALHO SIM ☐ NÃO ☐

PUPILAS	A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA (GLASGOW)	B) FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	C) PRESSÃO ARTERIAL

ESCORE FINAL (SCORE, DE TRAUMA MODIFICADO) A+B+C

TEMP.	RESPIRAÇÃO	PULSO	T.A.

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA) Paciente vítima de queda de moto há cerca de 7h. Usava capacete. Nega dor nas costas e vômitos. Queixa-se de dor em MSE. Deu entrada de ambulância, sem color cervical. Traz RX de MSE.

EXAME FÍSICO

- A - VA pérvia. Sem cervicalgia.
- B - MV + bilateralmente. Eupneica em AA.
- C - Taquicárdica. Abdomen flácido e indolor. Pelve estável.
- D - ECG 15. PIFR.
- E - Sem lesões aparentes. MSE em tipo.

SCORE DO TRAUMA MODIFICADO T-RTS

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	RESPIRAÇÃO	GLASGOW	SCORE FINAL	TEMP.	PULSO
	133 x 108	100	15			148

DIAGNÓSTICO INICIAL Nontrauma

CONFIRMADO
DATA: 08/07/19
Ribeira



EXAMES COMPLEMENTARES

Ass. do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> HEMATOLOGIA	<input type="checkbox"/> NEUROLOGIA	<input type="checkbox"/> NEFROLOGIA	<input type="checkbox"/> CIR. VASCULAR	<input type="checkbox"/> ENDOSCOPIA
<input type="checkbox"/> CLÍNICA MÉDICA	<input type="checkbox"/> CIRURGIA GERAL	<input type="checkbox"/> ORTOPEDIA	<input type="checkbox"/> BUCO-FACIAL	<input type="checkbox"/> UROLOGIA
<input type="checkbox"/> NEUROCIRURGIA	<input type="checkbox"/> OTORRINO	<input type="checkbox"/> OFTALMOLOGIA	<input type="checkbox"/> C. PLÁSTICA	<input type="checkbox"/>

CONDUTA

- 1- Sol AX tórax
- 2- Sol parecer da Ortopedia
- 3- Dupinona o3mp + Amilur e IU
- 4- Dupinona Long + Amilur e IU

Dra. Larissa Maciel
MÉDICA
CRM 9761

ortopedica 20:15
facilita com RT de de onde po
que se de modo, com RT / trabalho
integral inter respeito Hospital

Ass. do Responsável

DESTINO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> FICOU NO LOCAL HORA _____ HS	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNADO NO SERVIÇO DE Ortopedia	<input type="checkbox"/> REMOVIDO EM ____/____/____ HORA _____ PARA _____
RETIROU-SE POR DATA ____/____/____ ÓBITO ____/____/____	DECISÃO MÉDICA <input type="checkbox"/> HORA _____ HORA _____	A REVELIA <input type="checkbox"/>
ENTREGUE À FAMÍLIA <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>	I.T.E.P. <input type="checkbox"/>
MÉDICO (Carimbo)		CHEFE DO PLANTÃO (Carimbo)



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde

Junho

1- ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2- CNES

3- ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4- CNES

HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA

3515168

Identificação do Paciente

5- PACIENTE

6- NUMERO DO PRONTUÁRIO

ANDREIA RIBEIRO DA SILVA

166151

7- CARTÃO NACIONAL/SUS

8- DATA DE NASCIMENTO

9- SEXO

10- RAÇA/COR

705 0078 3259 6258

27/06/1988

MASCULINO

PARDA

11- NOME DA MAE

12- TELEFONE DE CONTATO

TEREZINHA DE LIMA RIBEIRO

981419772

13- NOME DO RESPONSÁVEL

14- TELEFONE DE CONTATO

JEONE / NAMORADO

15- ENDEREÇO (RUA, Nº)

RUA: OSORIO CHAVES

16- MUNICÍPIO

17- BAIRRO

18- UF

19- CEP

CANGUARETAMA

PIQUIRI

RN

59190000

Justificativa de Internação

20- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Relato de fratura de olecrano e
do relato de queda de costas

21- CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

A AVAL

22- PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)

RX + exame físico

23- DIAGNÓSTICO INICIAL

24- CID 10 PRINCIPAL

25- CID 10 SECUND.

26- CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

27- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

29- CLÍNICA

30- CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31- DOCUMENTO

28- CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

32- Nº DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

33- NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34- DATA DA SOLICITAÇÃO

35- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Preencher em caso de causas externas (acidentes ou violência)

39- CNPJ DA SEGURADORA

40- Nº DO BILHETE

41- SÉRIE

36- () AC. TRANSITO

37- () AC. TRABALHO TÍPICO

38- () AC. TRABALHO TRAJETO

42- CNPJ DA EMPRESA

43- CNAE DA EMPRESA

44- CBOR

45- VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

Autorização

46- NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47- COD. ORGAO EMISSOR

52- Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48- DOCUMENTO

49- Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

() CNS () CPF

50- DATA DA AUTORIZAÇÃO

51- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

CONSELHO
DATA: 08/07/20
Hedelberto





Hospital

Nome do paciente

ANDRÉIA RIBEIRO DA SILVA

Nº prontuário

Data operação

22/06/19

Enf.

Leito

Operador

Dr. JESSÉ

1º auxiliar

Dr. JOSIVAN NUNES

2º auxiliar

3º auxiliar

Instrumentador

Anestesista

Tipo de anestesia

Diagnóstico pré-operatório

Tipo de operação

FRATURA DO OLECRANO DIREITO

Diagnóstico pós-operatório

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE OLECRANO DIREITO

Relatório imediato do patologista

Exame radiológico no ato

Jente durante a operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - tática e técnica - ligaduras - drenagem - sutura - material empregado - aspecto - víceras

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA
2. ASSESPSIA E ANTISSEPSIA
3. CAMPOS ESTÉREIS
4. INCISÃO POSTERIOR EM PLANOS NO COTOVELO DIREITO
5. REDUÇÃO E FIXAÇÃO COM 02 FIOS DE KIRSCHNER AO NÍVEL DO OLECRANO E FIO DE CERCLAGEM
6. UTILIZADO INTENSIFICADOR DE IMAGEM
7. REDUÇÃO OK
8. CURATIVO
9. TALA AXILOPALMAR
10. BOA PERFUSÃO DISTAL

CIRURGIAS MÚLTIPLAS

(0415010012)

POLITRAUMATIZADO

(0415030013)

PROC. CLÍNICO

PROC. CIRÚRGICO

CBO. 225225

CBO. 225270

DIAS

CID. 553.1

JOSIVAN F. NUNES
Ortopedista / Traumatologista
CRM 947763

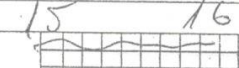
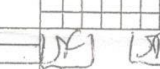
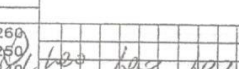
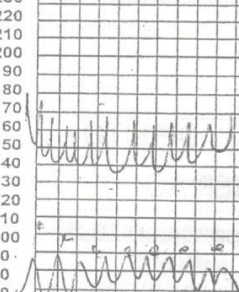
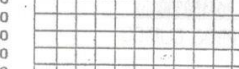
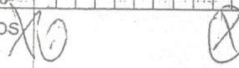


CONFIRMADO

DATA

ASSINADO



Serviço de Anestesiologista e Gasoterapia

Hospital <u>HOML</u>		Enfermaria		Leito		Nº prontuário	
Nome <u>Anderson Bruno de Sile</u>						Idade	
						Sexo	
						Cor	
Data <u>22/06/19</u>	Pressão arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Outros	
Tipo sanguíneo	Hematomas	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Uréia		
	Urina						
Ap. respiratório						Asma	
						Bronquite	
Ap. circulatório						Eletrocardiograma	
Ap. digestivo						Dentes	
						PESCOÇO	
Estado mental						Ap. urinário	
						Alergia	
						Hipotensores	
Diagnóstico pré-operatório						Estado físico	
						Risco	
Anestesias anteriores							
Medicação pré-anestésica				Aplicada às		Efeito	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 15 16 </div>							
Agentes Anestésicos							
Líquidos							
Oper							
Anest.							
O Resp.							
P Pulso							
<p>SÍMBOLOS  </p> <p>ANOTAÇÕES</p> <p>POSIÇÃO</p>							
Agentes							
Técnica <u>Bloqueio de Plexos braquial, de intercostais e de L1-L2</u>							
Operação <u>Infundir Ampicilina 1g de 10 em 10 min</u>							
Cirurgiões <u>Dr. Carlos Eduardo P. F. Junior</u>							
Anestesiistas <u>Medico</u>							

X - Monitoração
 1 - Ampicilina + Gentamicina
 Bloqueio de plexos braquial, de intercostais e de L1-L2
 Tor em supino
 0,5% 30ml + Lidocaina 4% 30ml
 2 - Infundir Ampicilina 1g
 X - CRPA





PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO

CLINICA
ORTOPEDIAREGULAÇÃO
PORTA ZERO

OBS

ENFERMARIA Nº	LEITO	PRONTUÁRIO	
		166151	
DATA	HORA	CATEGORIA	GIH
19/06/2019	20:34		
PACIENTE			DATA DE NASCIMENTO
ANDREIA RIBEIRO DA SILVA			27/06/1988
ESTADO CIVIL		PROFISSÃO	
SOLTEIRA		OP: CX	
ENDEREÇO (RUA, Nº)			
RUA: OSORIO CHAVES			
MUNICÍPIO	BAIRRO	UF	CEP
CANGUARETAMA	PIQUIRI	RN	59190000
LOCAL DE TRABALHO			TELEFONE
FILIAÇÃO			
TEREZINHA DE LIMA RIBEIRO		ANTONIO RIBEIRO DA SILVA	
RESPONSÁVEL		TELEFONE	
JEONE / NAMORADO		981419772	
ENDEREÇO			
O MESMO			

DIAGNOSTICO PROVISORIO

ft de allard

DIAGNOSTICO DEFINITIVO

DATA DE ADMISSÃO

ft de allard

ALTA

23-06-2019

OBITO

HISTORIA CLINICA

no dia de Ho Lucena

CONFIRMADO
DATA: 08/07/19
Rede de Saúde



SINISTRO 3190668398 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANDREIA RIBEIRO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO TERRA DO SOL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO ANDREIA RIBEIRO DA SILVA

CPF/CNPJ: 07386541406

Posição em 18-03-2020 08:42:24

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/12/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA - CANGUARETAMA - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025770/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 11/07/2019 11:29 Data/Hora Fim: 11/07/2019 11:49
Delegado de Polícia: José Carlos de Oliveira

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Municipal de Canguaretama
Data/Hora do Fato: 19/06/2019 09:45

Local do Fato

Município: Canguaretama (RN) Bairro: sertãozinho
Logradouro: princesa isabel Nº: s/n
Complemento: via publica
Ponto de Referência: próximo ao semafaro
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
22: Lesão corporal de natureza grave se resulta incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias (Art. 129, § 1º, Inc. I do CPB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: ADREIA RIBEIRO DA SILVA (VÍTIMA)
Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: RN - Canguaretama Sexo: Feminino Nasc: 27/06/1988
Profissão: Supervisor de Caixa
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Terezinha de Lima Ribeiro Nome do Pai: Antonio Ribeiro da Silva
Em Serviço: Não

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 073.865.414-06

Endereço

Município: Canguaretama - RN
Logradouro: rua osorio chaves Nº: 302
Bairro: piquiri
Telefone: (84) 98141-9772 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Canguaretama - RN

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Nenhum Objeto Informado

RELATO/HISTÓRICO

a declarante compareceu a esta delegacia para informar que estava em um Mototaxi a caminho da UPA de Canguaretama; Que o Mototaxi foi ultrapassar um carro, mas o outro carro que estava estacionado na via abriu a porta e fez com que a declarante e o mototaxista caíssem; Que a declarante machucou o braço e foi socorrida por outro mototaxista para a UPA de Canguaretama; Que na upa, foi encaminhada para o Deoclécio em Parnamirim. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado.



Delegado de Polícia Civil: José Carlos de Oliveira
Impresso por: Márcio Bruno de Araújo Tavares
Data de Impressão: 11/07/2019 11:49
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



AUTENTICAÇÃO

A presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado: dou fé.
Canguaretama, 18 de 04 de 2019

() M. J. de Oliveira (Substituto)
() Jacqueline de Sousa Martins (Substituta)
() Eliezer Geraldo Freire (Substituto)

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 18/03/2020 09:08:44

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031809084442900000052408870>

Número do documento: 20031809084442900000052408870

Num. 54392157 - Pág. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA - CANGUARETAMA - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 025770/2019

ASSINATURAS

Márcio Bruno de Araújo Tavares

Agente de Polícia

Matrícula 207.193-2

Responsável pelo Atendimento

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que deli origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúncia Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



AUTENTICAÇÃO

A presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado: dou fé
Canguaretama, 18 de 04 de 2019

() Eliezer Geraldo Freire (Substituto)

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Delegado de Polícia Civil: José Carlos de Oliveira
Impresso por: Márcio Bruno de Araújo Tavares
Data de Impressão: 11/07/2019 11:49
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 18/03/2020 09:08:44

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031809084442900000052408870>

Número do documento: 20031809084442900000052408870

Num. 54392157 - Pág. 2



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL

DADOS DO CLIENTE

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSÃO
032348539	UNICA	29/10/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
29/10/2019	3000201556	146704

CONTA CONT. 400	MEZANO
0237648013	10/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LECTURA
05/11/2019	28/11/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	

142,24

146704
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL			QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh		30,00000000	R\$ 22795070		6,83
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh		70,00000000	R\$ 36050000		27,35
Consumo Ativo Superior a 100 até 220 kWh		120,00000000	R\$ 58594008		70,50
Consumo Ativo superior a 220 kWh		6,00000000	R\$ 65089344		3,90
Antes como Bateria AMARELA					0,81
Atualismo Bateria VERMELHA					9,29
Contrib. Buro. Pública Municipal					8,40
ICMS Parcela Subvencionada					2,16
Multa por atraso NF 029330236 - 28/08/19					1,18
Juros por atraso NF 029330236 - 26/08/19					10,00
Diagn. L. Ev. - 05010555089					

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
80404852	CAL	27-09-2019	12 042,00	29-10-2019	12 918,00	32	1.000,00		228,00

HISTORICS DE CONSUMO

Mes/Año	Nº de casos
JUL 19	240
SET 19	214
AGO 19	209
JUN 18	216
JUN 19	191
MAY 19	210
ABR 19	187
MAR 19	179
FEB 19	181
JAN 19	209
DET 18	199
DIC 18	201

INFORMACOES DE TRIBUTOS

	CASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	112,21	15,00	20,19
PIS	112,21	1,44	1,61
COPINF	112,21	6,54	7,45

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Geração de Energia	R\$	47,75	27,75%
Transmissão	R\$	3,3	3,93%
Distribuição (Custo)	R\$	27,73	24,67%
Perdas de Energia	R\$	7,41	6,80%
Energias Setoriais	R\$	2,30	2,05%
Tributos	R\$	29,25	26,07%
Total	R\$	112,21	100%

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Figura 1. Localização do município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, dentro da região do Centro-Oeste do Brasil. São José do Rio Preto é o município mais populoso do Estado de São Paulo, com 450 mil habitantes. São José do Rio Preto é o município mais populoso do Estado de São Paulo, com 450 mil habitantes. São José do Rio Preto é o município mais populoso do Estado de São Paulo, com 450 mil habitantes.

ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE				
Vencido	Debitado	Valor	Vencido	Debitado
07/00/9	28/00/9	135,30		

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contém débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de ratamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também o cliente sofrer a inclusão no nome dos critérios definidos no Art. 9º da Lei 141.11/2002. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusões nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

	CORRUPTO CATEGORIA 4	VALOR 2019	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
DE		0,00	7,20	22,03	44,07
FE		0,00	7,20	22,03	44,07
FI		0,00	7,20	22,03	44,07

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	231

CONTA CONTRATO 0237649113	MÊS/ANO 10/2019	DATA DE VENCIMENTO 05/11/2019	TOTAL A PAGAR (R\$)
------------------------------	--------------------	----------------------------------	---------------------

83830000001-2 42240038400-7 23764801320-2 05594379773-7

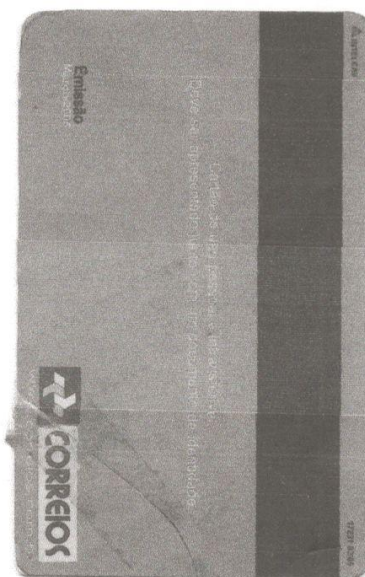
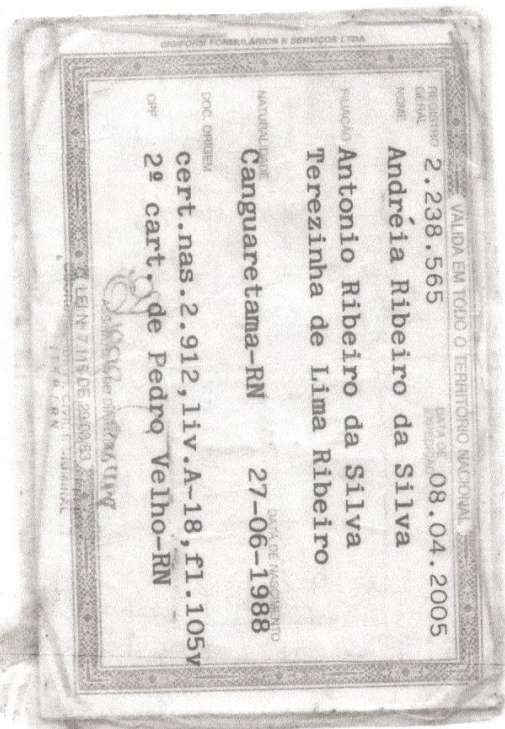


Assinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 18/03/2020 09:08:45

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031809084499500000052408871>

Número do documento: 20031809084499500000052408871

Num. 54392158 - Pág. 1



M&O
Maia | Oliveira

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: Andréia Ribeiro da Silva

NACIONALIDADE: Brasileira

ESTADO CIVIL: Solteira

PROFISSÃO: Fiscal de Caixa

IDENTIDADE: 2.238.565

CPF: 073.865.414.-06

ENDEREÇO: Rua Osorio Chaves, 302

BAIRRO: Piquiri

CIDADE: Canguaretama/RN

TELEFONE: (84) 9 8141-9772

OUTORGADOS: ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.925, NÚSIA LEILA FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.561, LARISSA DE OLIVEIRA MAIA, brasileira, solteira, inscrito na OAB/RN sob o nº 13.421 com escritório profissional na Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN. Email: Oliveiramaiaadvogados@outlook.com ; bcitamaia@hotmail.com

PODERES: A quem concedo (ermos) amplos, limpos e ilimitados poderes, para em conjunto ou separadamente, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor em quaisquer medidas preliminares preventivas ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, ingressar com o pedido de indenização de seguro DPVAT na via administrativa e/ou judicialmente com ação de cobrança do Seguro DPVAT, pedir desistência em caso de não comparecimento em audiência, requerer e receber junto ao CPRE, complemento do BOLETIM ACIDENTE DE TRANSITO, usando, para tantos os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" e mais os especiais para transpor (em) compromissos, fazer acordo, receber (em), dar (em) quitação, representarmos juntos as repartições públicas, Estaduais, Municipais, Federa e autárquicas e sociedades de Economia Mista, praticando todos os atos de representação e defesa extrajudiciais, perante quaisquer pessoas físicas em geral, e, finalmente, praticar (em) todos os atos que se tornem mister para o fiel e completo desempenho deste mandato, inclusive interpor (em) total ou parcialmente, com ou sem reservas de poderes, o que tudo darei (ermos) por bom firme e valioso.

CONTRATO: Fica CONTRATADO, desde já, que os devidos honorários advocatícios serão na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber (no caso de indenização e outros recebimentos congêneres), os quais, quando for o caso, serão descontados em favor do constituído (art. 22 §4 da Lei 8.906/94), com expedição do respectivo Alvará pelo juízo da ação, constando a soma dos honorários sucumbenciais e os contratuais, tudo em favor do outorgado que o requerer e conforme pacto através do presente instrumento, sendo que, quando houver prestações continuadas (benefícios mensais previdenciários, pensão alimentícia e congêneres), serão pagos, além os honorários sobre atrasados, também sobre os valores recebidos durante os 12 (doze) meses seguintes. Nas ações que não visem qualquer recebimento em espécie, os honorários serão os constantes da tabela da OAB do Estado onde for ajuizada a Ação. Em caso de recebimento da indenização do seguro DPVAT pela via administrativa, o outorgante também pagará o valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor bruto a receber aos outorgados. Ademais, em caso de desistência deverá pagar a quantia de R\$200,00. Assim, fica configurado CONTRATO DE ADESÃO, formalizado, para qualquer eventualidade futura.

Parnamirim, 29 de Novembro de 2019

Andréia Ribeiro da Silva

OUTORGANTE

Rua Edgar Dantas, nº 454, "C", Santos Reis, Parnamirim/RN, CEP – 59.076-000.
Email: bcitamaia@hotmail.com





Secretaria de Saúde Pública
Hospital Deoclécio M. Lucena

RECEITUÁRIO MÉDICO

P/ Andreia Ribeiro da Silva

Paciente portadora de
fratura do cotovelo exposta,
com sinais de consolidação.
Exatidão de Alta
do seu Tratamento.

Apresentando sequelas
do seu acidente, limitação
dos movimentos
do cotovelo → grau me-
diado.

13/05/19
JOÃO JERÔNIMO BARRETO
ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA
CRM 3300 TECT 3432



Sinado eletronicamente por: LARISSA DE OLIVEIRA MAIA - 18/03/2020 09:08:46

Número do documento: 20031809084629900000052408891

CD0160/DFSC	AD	QTD/UNI/VL	UNI/VL	TOTAL/DESCONTO/VL	LIGADO
789800470	CEFALEXINA 500MG C/10CP				
4 UN		30,76	123,04	-58,36(47,43%)	84,68
7897322710440	LISACOR C/ 8 CP				
3 UN		14,24	42,72	-0,84(1,97%)	41,88

Consulte pela Chave de Acesso em: www.set.rn.gov.br/nfce/consulta



File No: FED 14 53, EST 0 DU, F:IBPT F3W107 Lei 12741/12



HDML

NOME: Ander R. Silva

USO INT

1) CEFALLEXINA 500 MG-----1 CAIXA

1 CP 6/6 HS POR 10 DIAS

2) LISADOR DIP-----1 CAIXA

1 CP DE 6/6 HS, SE DOR

RETORNO DIA 08/07

7:00

Oclerano E
22/6

23/06/2019

Elson José S. Miranda
Ortopedista e Traumatologista
CRM-SP 6301 / TFO 13807

DR. ELSON JOSÉ DOS SANTOS MIRANDA
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA
CRM 6301 TFO 13807

Retirado dia 15/8/19 7H7 La



▼ Dados do Veículo de placa MZC2465						Em 13/11/2019 10:30:24	
Placa	Renavam	Placa Anterior	Tipo	Categoria	Espécie	Lugares	
MZC2465	949436925	MZC2465/RN	4-MOTOCICLETA	1-Particular	1-Passageiro	2	
Marca/Modelo		Fabricação/Modelo		Potência	Combustível	Cor	Carroceria
002807-HONDA/CG 150 TITAN KS (Nacional)		2007/2008		0	2-Gasolina	15-VERMELHA	999-NAO APLICAVEL
Nome do Proprietário						Recadastrado DETRAN	
ERIVAN PEDRO DA SILVA						DetranNet	
Proprietário Anterior						Situação Lacre	
BR MOTO PECA E SERVICO LTDA						REGULAR modelo antigo	
Município de Emplacamento		Licenciado até				Adquirido em	Situação
CANGUARETAMA		2019 em 19/06/2019, Licenciamento Anual no lote 012012, AR=RS078715858BR (CRLV emitido)(Via 1)				12/12/2007	Em Circulação
Restrição à Venda						Sequência	
Alienação Fiduciária em favor de ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA						661603	
Informações PENDENTES originadas das financeiras via SNG - Sistema Nacional de Gravame							
Registro de Baixa de Alienação Fiduciária informado por CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA em 13/01/2009 às 10h16min para ERIVAN PEDRO DA SILVA							
Impedimentos							
Nenhum impedimento registrado até esta data							
▼ Listagem de Débitos							
Classe (Clique abaixo para a emissão da GUIA)		Número da Guia	Vencimento	Valor Nominal(R\$)	Valor Atual(R\$)		
Taxa Bombeiros - Motos 2019		3147908.9.108760140	15/04/2019	15,00	15,00		
Total dos Débitos				R\$ 15,00	R\$ 15,00		
Taxas Detran	Seguro DPVAT	IPVA	Multas				
15,00	0,00	0,00	0,00				
▼ Infrações em Autuação							
Nenhuma Notificação de Autuação realizada para este veículo até o momento.							
▼ Listagem de Multas							
Nenhuma multa em aberto cadastrada para este veículo até o momento.							
▼ Último Processo							
Processo	Interessado	Início em					
25000507/2008	76210430406	10/01/2008 às 12h32min					
Situação	Final em						
Encerrado	10/01/2008 às 12h50min						
Serviço	Execução em						
Primeiro Emplacamento	Em 10/01/2008 às 12h32min por 10772502404						
Alienação Fiduciária	Em 10/01/2008 às 12h32min por 10772502404						
Geração de guia de pagamento	Em 10/01/2008 às 12h32min por 10772502404						
Auditoria	Em 10/01/2008 às 12h50min por 20248130463						
Emissão CRV(1ª via)	Em 10/01/2008 às 12h51min por 40599787449						
▼ Recurso de Infração							
Nenhuma Processo de Recurso de Infração cadastrado para este veículo até o momento.							
▶ Histórico de Impedimentos							
Nenhum impedimento cadastrado para este veículo.							

Não Possui valor como NADA CONSTA!

Voltar

[illegible]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
20ª Vara Cível da Comarca de Natal
Rua Doutor Lauro Pinto, 315, Candelária, NATAL - RN - CEP: 59064-250

0810270-55.2020.8.20.5001

AUTOR: ANDREIA RIBEIRO DA SILVA

RÉU: PORTO SEGURO S/A

DECISÃO

Vistos,

Considerando o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos da petição inicial, bem como o atendimento às condições da ação, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, recebo a inicial.

Haja vista a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

Consoante preconiza o Enunciado n.º 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”.

Com efeito, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.



Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

P. I. Cumpra-se.

Natal, 18 de março de 2020

ANDREA REGIA LEITE DE HOLANDA MACEDO HERONILDES

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

